

**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**  
**Secretaria de Fiscalização de Pessoal**  
2ª Divisão de Fiscalização de Pessoal

**Servidor:** AGMAR GONÇALVES CORDEIRO  
**CPF:** 392.874.591-34 - **Matrícula:** 118184  
**Tipo de Ato:** REFORMA - **Processo:** 54002685/2016  
**Cargo:** Primeiro-Sargento  
**Número do Ato:** 020945-9  
**Órgão de Origem:** Polícia Militar do DF (PMDF)

Senhor Diretor,

1. Trata-se da reforma *ex-offício*, por incapacidade definitiva, do 1º Sargento QPPMC Agmar Gonçalves Cordeiro, matrícula 11.818-4, da Polícia Militar do Distrito Federal.
2. Na presente etapa processual, analisa-se o cumprimento da diligência determinada na Decisão nº 1049/2020. O prazo para cumprimento dessa diligência fora prorrogado por meio da Decisão nº 3596/2020. E, após essa prorrogação, a PMDF encaminhou ao TCDF o Ofício Nº 253/2020 - PMDF/DGP/DIPC/SRR/SSREF, no qual consta informações relacionadas ao cumprimento das determinações do Tribunal (e-Doc's 35F86774-c, F2A1EB03-e e ECB8C442-c; peças 43, 47 e 50 do Processo nº 24.248/2018).
3. As informações encaminhadas pela PMDF tinham sido analisadas por essa Secretaria de Fiscalização de Pessoal – SEFIPE/TCDF e os presentes autos já se encontravam em tramitação, inclusive com Parecer do *Parquet* especializado; mas seu retorno a esta Secretaria de Controle Externo fora solicitado ao Ilustre Relator, para reinstrução, uma vez que o interessado protocolizou razões de defesa nesta Corte de Contas (e-Doc's 8C5F77D6-e, 213ACFAF-e, E243F35C-e, 89B38109-e, 8CE3C617-e e 3BFE0713-e; peças 52, 56, 57, 58, 59, 60 do Processo 24.248/2018).

#### I - Histórico

4. O Miliciano fora reformado com proventos integrais porque (em avaliações do Centro de Perícias e Saúde Ocupacional da PMDF, realizadas pela Junta Ordinária de Inspeção de Saúde – JOIS (que emitiu parecer em 15/09/2016) e pela Junta Superior de Saúde – JSS (que emitiu parecer em 29/09/2016) o interessado fora considerado alienado mental, estando definitivamente incapaz para o serviço militar e para todo e qualquer trabalho, por acometimento de doença especificada em lei, não adquirida em ato ou em consequência de ato de serviço. Não necessitava de internação, mas necessitava de assistência e cuidados em razão da doença especificada em lei. (folhas 1/2 do Processo nº 54.002.685/2016, cópia eletrônica – e-Doc 3DC53B2E-c, peça 33 do Processo 24.248/2018 e SIRAC-Concessões aba “Anexos e Observações”).

5. Apesar de a concessão já ter sido considerada legal, por meio do item II da Decisão nº 3665/2019, nos presentes autos ainda se encontra em aberto questão relacionada à exigência contida no artigo 101 da Lei nº 7.289/198 (caput e §1º), que dispõe o seguinte:

*“Art 101 - O policial-militar reformado por alienação mental, enquanto não ocorrer a designação judicial do curador, terá remuneração paga aos seus beneficiários desde que estes o tenham sob sua guarda e responsabilidade e lhe dispensem tratamento humano e condigno.*

*§ 1º - A interdição judicial do policial-militar, reformado por alienação mental, deverá ser providenciada junto ao Ministério Público, por iniciativa dos beneficiários, parentes ou responsáveis até 60 (sessenta) dias a contar da data do ato de reforma.”* (o grifo não é do original)

6. Conforme consta em documentos juntados à aba “Anexos e Observações” do ato SIRAC-Concessões nº 20945-9, a interdição do interessado fora discutida na Ação de Interdição nº 0711377-41.2017.8.07.000. Cópia da sentença judicial, exarada nesse processo pela 3ª Vara de Família e de Órfãos e Sucessões de Taguatinga – DF, integra o processo de Reforma do 1º Sargento QPPMC Agmar Gonçalves Cordeiro, matrícula 11.818-4 (Processo GDF nº 54.002685/2016), cuja cópia digitalizada fora juntada ao Processo TCDF nº 24.248/2018-e (e-Doc’s CB983F1E-c e 3DC53B2E-c; peças 30 e 33).

7. Na sentença prolatada em 28/06/19, o juízo da 3ª Vara de Família e de Órfãos e Sucessões de Taguatinga/DF - 3VFAMOSTAG indeferiu pedido de curatela e interdição Plena do Miliciano, formulado por sua esposa Mirian Maria Alexandre Gonçalves Cordeiro. Nos fundamentos da sentença, considerou-se que, em perícia psiquiátrica judicial, realizada em outubro de 2018, ficara constatado que o periciando não apresentava os sintomas psiquiátricos que determinariam uma interdição total ou parcial, pois (naquela data) mostrou-se capaz de expressar sua vontade, estando apto para reger sua pessoa e administrar possíveis bens. Na avaliação do Magistrado, o resultado da perícia judicial é compatível com suas próprias observações, uma vez que, em audiência, o réu respondera às perguntas a ele dirigidas de forma clara, objetiva e sensata. (folhas 62/66 do Processo Nº 54.002.685/2016, cópia eletrônica – e-Doc 3DC53B2E-c, peça 33 do Processo 24.248/2018).

8. Tendo em vista que a perícia judicial (que fora a base para a sentença proferida na ação de interdição suso mencionada) chegara a resultado diverso da conclusão emitida pelo Centro de Perícias e Saúde Ocupacional da PMDF (avaliação da Junta Ordinária de Inspeção de Saúde – JOIS e avaliação da Junta Superior de Saúde – JSS), o Plenário do TCDF, na Decisão nº 1049/2020, determinou que o interessado fosse submetido a nova perícia para se averiguar se a moléstia que dera causa à reforma ainda estava presente. Vejamos:

O Tribunal, por unanimidade, de acordo com o voto do Relator, decidiu: I – tomar conhecimento da sentença negativa de interdição do 1º Sargento PM reformado AGMAR GONÇALVES CORDEIRO, proferida pelo Juízo da 3ª Vara de Família, Órfãos e Sucessões de Taguatinga, nos autos da Ação de Interdição (Processo Eletrônico nº 0711377-41.2017.8.07.0007); II – ter por integralmente atendida a Decisão nº 3.665/2019; III – determinar à Polícia Militar do Distrito Federal - PMDF que, no prazo de 60 (sessenta) dias, adote as seguintes providências: a) submeter o militar em questão à nova avaliação de saúde, haja vista as conclusões a que chegou o juízo na sentença proferida na Ação referida no item I, em relação ao cometimento de moléstia especificada nos artigos 96, V, da Lei nº 7.289/84 e 24, IV, §1º, da Lei nº 10.486/02; b) caso os novos laudos emitidos pela JOIS e JSS confirmem que o miliciano não é mais portador de doença especificada em lei, e exaurida eventual fase revisional do resultado da inspeção: 1) notificar o militar para que, em observância ao devido processo legal, no prazo de 30(trinta) dias contados desta notificação, apresente razões de defesa perante esta Corte, diante da possibilidade de os proventos de reforma passarem a ser calculados proporcionais a seu tempo de serviço, por força do §2º do art.24 da Lei nº 10.486/02 e em conformidade com as Decisões nºs 5.511/2005 e 3.226/2007, e sem o benefício “Auxílio-Invalidez”, à luz dos requisitos previstos no art. 26 da Lei nº 10.486/02; 2) caso o militar reformado não apresente defesa: 2.1) providenciar a publicação de ato de revisão com fundamento nos arts. 94, II, e 96, VI, da Lei nº 7.289/84, c/c os arts. 20, §§1º, II, e 4º, 24, §2º, e 25 da Lei nº 10.486/02, para considerar o militar reformado com proventos proporcionais a seu tempo de serviço, a contar da data do laudo homologatório da JSS referido em III.b; 2.2) cadastrar, no SIRAC, os dados relativos à revisão de proventos referida em 2.1; c) caso contrário, na hipótese de serem ratificadas as conclusões dos laudos médicos da JOIS e JSS, emitidos respectivamente em 15/09/16 e 22/09/16, que lastrearam o ato de reforma publicado no DODF de 18/11/16, retificado por ato publicado em 31/08/17, de que o miliciano ainda é portador de doença prevista em lei, dar fiel cumprimento ao inteiro teor do art. 101 da Lei nº 7.289/84, confirmando a licitude do pagamento dos proventos pela integralidade (direito de natureza patrimonial), cujas parcelas serão objeto de verificação em futura auditoria, na forma da Decisão nº 77/07, tendo sido o mérito já apreciado pela Decisão nº 3665/19; IV – autorizar o encaminhamento da Informação nº 24/2020-DIFIPE2 (peça 35) ao órgão jurisdicionado, com vistas a subsidiar o fiel cumprimento da diligência ora alvitada. (os grifos não são do original)

## **II - Cumprimento de Diligência**

9. No item **III.a** da Decisão nº 1049/2020 (acima transcrita), fora determinado à PMDF que submetesse o militar em questão à nova avaliação de saúde, porque as conclusões a que chegara o juízo na sentença proferida na Ação Judicial nº 0711377-41.2017.8.07.0007, colocaram em dúvida se o miliciano é ainda portador de doença especificada em lei. E,

conforme consta no item **III.b.1**, da mesma Decisão nº 1049/2020, se do resultado da reavaliação restasse concluído que o miliciano não é mais portador de doença especificada em lei, após exaurida eventual fase revisional do resultado da inspeção, o militar deveria ser notificação, para apresentar razões de defesa perante esta Corte, diante da possibilidade de os proventos da reforma passarem a ser calculados de forma proporcional a seu tempo de serviço, sem o benefício “Auxílio-Invalidez”.

10. Em atendimento à Decisão nº 1049/2020, acima transcrita, a PMDF encaminhou a este Tribunal o Ofício Nº 253/2020 - PMDF/DGP/DIPC/SRR/SSREF, no qual informou que o 1º SGT PM REF Agmar Gonçalves Cordeiro, mat. nº 11.818/4, compareceu à inspeção médico-psiquiátrica no dia 19/08/2020, para a elaboração do relatório médico atualizado de sua saúde mental, o qual “*tem como escopo subsidiar a inspeção da Junta Médica de Saúde Superior do veterano*” (e-Doc ECB8C442-c; peça 50 do Processo nº 24.248/2018).

11. No mesmo ofício, a PMDF informou ainda que, no dia 06/10/2020, o 1º SGT PM REF Agmar Gonçalves Cordeiro não compareceu ao Centro de Perícias e Saúde Ocupacional – CPSO, para realizar Junta Superior de Saúde (JSS), o que impossibilitou a confecção do Laudo de Saúde. Por fim, a jurisdicionada diz esperar orientações do TCDF quanto ao cumprimento da Decisão nº 1049/2020.

12. De acordo com o informado, o Policial Militar compareceu à primeira fase da avaliação, cujo relatório seria base para a realização da segunda fase, na qual seria homologado ou submetido à revisão. Se ele não compareceu à segunda fase da avaliação, a ser realizada pela Junta Superior de Saúde – JSS, ele impediu que se completasse a reavaliação de sua saúde, determinada pelo TCDF, que teria por objetivo verificar se ainda estão presentes as condições que ensejaram sua reforma com proventos integrais ou se teriam ocorrido alterações que pudessem levar a uma revisão da reforma, para proventos proporcionais ao tempo de serviço.

## **II.1 - Alegações de Defesa**

13. Embora não tenha comparecido para ser examinado pela Junta Superior de Saúde (JSS) da PMDF, o interessado, por meio de seu representante legal, protocolizou no TCDF as alegações de defesa vista no e-Doc 3BFE0713-e (peça 60), acompanhada da procuração que outorgou poderes a seu representante legal e do relatório médico, esse emitido pelo Centro de Promoção da Qualidade de Vida, da Diretoria de Assistência à Saúde da PMDF (e-Doc's 89B38109-e 8CE3C617-e; peças 58 e 59)

14. A cópia do relatório médico que acompanha a defesa do interessado (e-Doc 8CE3C617-e; peça 59) está com a legibilidade comprometida, contudo, é possível ver que fora emitido em agosto de 2020 e que, ao final do trecho descrito como “*Exame do Estado Mental*” (página 5 do e-doc 8CE3C617-e), consta: “*Capacidade de entendimento*

*preservada e de determinação preservada. Responde por seus atos.”*

15. Resumidamente, a defesa alegou que o interessado fora primeiramente avaliado por um psiquiatra que o enquadrou no termo alienado mental e que, posteriormente, em outro exame, outro psiquiatra, indicou que ele não era alienado mental. Por conta dessa alteração, o Tribunal está revendo sua aposentadoria integral (para aposentadoria proporcional ao tempo de contribuição). Alegou também que o militar não tem culpa das mudanças de entendimento entre os psiquiatras, e, que, portanto, não pode ser penalizado, devendo ser mantido o que lhe for mais benéfico.

16. Nas Razões de Defesa não fora apresentada qualquer justificativa para a resistência do interessado em não se submeter à avaliação da Junta Superior de Saúde (JSS).

17. Ao final, pugnou pela manutenção da aposentadoria integral, sem que qualquer quantia retroativa lhe seja descontada. Além disso, a defesa afirmou concordar com a exclusão do Auxílio Invalidez.

## **II. 2 - Análise**

18. De acordo com o informado pela PMDF, por meio do Ofício Nº 253/2020 - PMDF/DGP/DIPC/SRR/SSREF (e-Doc ECB8C442-c; peça 50 do Processo nº 24.248/2018), o 1º SGT PM REF Agmar Gonçalves Cordeiro, mat. nº 11.818/4, compareceu à inspeção médico-psiquiátrica no dia 19/08/2020. A partir dessa Inspeção médico-psiquiátrica, foi elaborado relatório médico atualizado da saúde mental do miliciano. Esse relatório serviria de base para a avaliação do mesmo militar a ser realizada pela *Junta Médica de Saúde Superior do veterano*”.

19. Na cópia do relatório médico, emitido, a partir da inspeção médico-psiquiátrica do dia 19/08/2020, pelo Centro de Promoção da Qualidade de Vida, da Diretoria de Assistência à Saúde da PMDF (anexada ao Processo nº 24.248/2018, juntamente com as Razões de Defesa apresentadas pelo interessado - e-Doc 8CE3C617-e e 3BFE0713-e; peças 59 e 60), ao final do trecho descrito como *“Exame do Estado Mental”* (página 5 do e-doc 8CE3C617-e), consta que o interessado tem preservadas as capacidade de entendimento e de determinação e que responde por seus atos. Considerando o teor do mencionado relatório médico, podemos supor que o interessado, não compareceu ao Centro de Perícias e Saúde Ocupacional – CPSO, no dia 06/10/2020, para realizar Junta Superior de Saúde (JSS), porque já tinha a expectativa de que a conclusão desta junta seria no sentido de ratificar o resultado alcançado pela perícia judicial, ou seja, que ele não é mais portador de doença especificada em lei.

20. Nas Razões de Defesa apresentadas, o miliciano não atacou a possibilidade de ele não mais ser portador da moléstia que deu ensejo à sua Reforma com proventos integrais e

nem apresentou qualquer justificativa legal que dê amparo à sua pretensão de manter a reforma com proventos integrais. Sua argumentação se limitou a reivindicar que ele não poderia ser prejudicado por mudança de entendimento dos peritos.

21. Em sendo assim, tendo em vista que na Ação de Interdição nº 0711377-41.2017.8.07.000, a sentença que indeferiu pedido de curatela e interdição Plena do Miliciano, fundamentou-se em perícia psiquiátrica judicial, realizada em outubro de 2018, na qual ficara constatado que o periciando não apresentava sintomas psiquiátricos que determinassem sua interdição total ou parcial, pois (naquela data) mostrou-se capaz de expressar sua vontade e estava apto para gerir sua pessoa e administrar seu bens; que na inspeção médico-psiquiátrica realizada no dia 19/08/2020, pelo Centro de Promoção da Qualidade de Vida, da Diretoria de Assistência à Saúde da PMDF, fora constatado que o interessado tem preservadas a capacidade de entendimento e de determinação e que responde por seus atos; e ainda a resistência, sem justificativa, de o 1º Sargento QPPMC Agmar Gonçalves Cordeiro, matrícula 11.818-4, submeter-se à Junta Superior de Saúde (JSS); sugere-se que o Tribunal tome conhecimento das alegações de defesa apresentada pelo interessado, para, no mérito, considera-las insubsistentes; e que determine o retorno do presente caso, em diligência, para que a jurisdicionada formalize o ato de revisão da reforma em análise, com fundamento nos arts. 94, II, e 96, VI, da Lei nº 7.289/84, c/c os arts. 20, §§1º, II, e 4º, 24, §2º, e 25 da Lei nº 10.486/02, para considerar o militar reformado com proventos proporcionais a seu tempo de serviço.

### **III - Sugestões**

22. Por todo o exposto, sugere-se ao Tribunal que:

1) tome conhecimento do Ofício Nº 253/2020 - PMDF/DGP/DIPC/SRR/SSRE (e-Doc ECB8C442-c; peça 50 do Processo nº 24.248/2018);

2) tome conhecimento das alegações de defesa apresentadas pelo 1º Sargento PM reformado AGMAR GONÇALVES CORDEIRO, em resposta à Decisão nº 1049/2020 (e-Doc 3BFE0713-e; peça 60 do Processo nº 24.248/2018), para, no mérito, considera-las insubsistentes, porque o miliciano não apresentou nenhuma comprovação de que ainda é portador da moléstia que deu ensejo à sua Reforma com proventos integrais e nem apresentou qualquer justificativa legal que dê amparo à sua pretensão de manter a reforma tal qual lhe fora concedida;

3) considere parcialmente cumprida a Decisão nº 1049/2020;

4) tendo em vista **que** na Ação de Interdição nº 0711377-41.2017.8.07.000, a sentença que indeferiu o pedido de curatela e interdição plena do interessado, 1º Sargento QPPMC Agmar Gonçalves Cordeiro, matrícula 11.818-4, fundamentou-se em perícia psiquiátrica judicial, na

qual ficara constatado que o periciando não apresentava sintomas psiquiátricos que determinassem sua interdição total ou parcial, pois mostrou-se capaz de expressar sua vontade e estava apto para gerir sua pessoa e administrar seus bens; **que** na inspeção médico-psiquiátrica realiza no dia 19/08/2020, pelo Centro de Promoção da Qualidade de Vida, da Diretoria de Assistência à Saúde da PMDF, fora constatado que o interessado tem preservadas a capacidade de entendimento e de determinação e que responde por seus atos; **que** o interessado apresentou Razões de Defesa consideradas insubsistente, na forma do item 2, da presente decisão; e, ainda, **que** o interessado resistiu, sem justificativas, a se submeter à Junta Superior de Saúde (JSS), determine o retorno do feito em diligência para que a jurisdição:

4.1) providencie a publicação do ato de revisão com fundamento nos arts. 94, II, e 96, VI, da Lei nº 7.289/84, c/c os arts. 20, §§1º, II, e 4º, 24, §2º, e 25 da Lei nº 10.486/02, para considerar o militar reformado com proventos proporcionais a seu tempo de serviço;

4.2) cadastre, no SIRAC-Concessões, o Ato relativo à revisão de proventos referida no subitem anterior e o encaminhe para o TCDF, para análise com fim de registro;

5) dê conhecimento da decisão que vier a ser adotada à Polícia Militar do Distrito Federal - PMDF e ao interessado, por meio de seu representante legal;

6) autorize o arquivamento dos presentes autos.

À consideração superior.

Brasília, 20 de Julho de 2021

RAIMUNDO JOSÉ VENTURA - Mat. nº 5703